

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Protesto: espaço da liberdade

Jorge Miklos*

Resumo

Esta comunicação pretende promover uma reflexão sobre o significado do ato de protestar engendrando uma interface entre História e Comunicação. Procuramos compreender o protesto como estabelecimento de vínculos comunicacionais. Embora a comunicação possa ser vista como um aparato e uma invenção da modernidade comunicar-se é uma das experiências mais arcaicas da humanidade. O estudo do protesto, enquanto ato comunicacional, prescinde da análise do ambiente cultural, pois é nele que a comunicação acontece. Isso significa dizer que a comunicação possui uma natureza histórica e cultural. Partindo da ‘Reforma Protestante’ e do comício das ‘Diretas Já’, pretendemos mostrar como o protesto participa nas produções do imaginário da sociedade repercutindo em seus produtores, alterando as formas de convivência e sociabilidade no cotidiano.

Protesto Cultura e Comunicação

*Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida,
Estes são os imprescindíveis.*

Bertolt Brecht

Qual o significado do ato de protestar?

Harry Pross discute o significado da palavra protesto: de origem latina *protestari* é formada pelo prefixo *pro* (na frente, antes de) e o substantivo *testa* (o que não pode ser negado, o testemunhado). Quem protesta testemunha e comunica desde o começo que não quer ter nada a ver com determinada coisa. “Ele é claramente contra alguma coisa, o que significa, contudo, que é a favor de outra” (PROSS, 1997, p. 20). O protesto expressa a reação relativamente contra aos eventos ou às situações, às vezes a favor. Protestar é dizer ‘sim’ e ‘não’ simultaneamente.

Denise Paieiro, na trilha de Pross, afirma que protestar é comunicar. A essência do protesto reside no caráter de ‘publicização’ de uma idéia. “Protestar é comunicar, é ‘publicizar’”. (PAIEIRO, 2005, p. 204).

Harry Pross insiste no caráter comunicacional do ato de protestar. Protestar é um gesto comunicacional. : “O protesto responde, portanto a uma comunicação entre homens ou entre homens e coisas. Ele pressupõe no mínimo um ser sensível que se relaciona com outro ser sensível. Isso quer dizer que o protesto é precedido de uma relação” (PROSS, 1997, p. 20).

Compreendemos que o protesto tem uma natureza comunicacional. Embora a comunicação possa ser vista como um aparato e uma invenção da modernidade comunicar-se é uma das experiências mais arcaicas da humanidade ¹.

Assim, entendemos que um estudo do protesto, enquanto ato comunicacional, prescinde da análise do ambiente cultural, pois é nele que a comunicação (e o protesto) acontece: “Nenhum protesto pode ser compreendido fora de sua motivação e sem conhecimento do tema contra o qual ele se dirige” (PROSS, 1997, p. 18). Isso significa dizer que a comunicação possui uma natureza histórica e cultural.

Cena 1: Alemanha - início do século XVI

“A boca do justo (de quem protesta) é fonte de vida, mas a boca dos ímpios (dos que silenciam) encobre na violência.”

Provérbios 10:11

Há uma tendência em considerar a religião como algo etéreo, transcendente e desestoricizada. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que as motivações das religiões são metafísicas de caráter transcendental. Essa concepção insiste na desvinculação entre Religião e Mundo, sublinha, por vezes, o caráter apolítico da primeira e propaga essa idéia como um valor supremo. Enfim, considera a Religião como uma entidade acima do e das coisas do mundo. É difícil compartilhar sem restrições dessas hipóteses.

Na Alemanha, durante a Idade Média, a Igreja Católica era forte e poderosa: cobrava dízimos, era proprietária de muitas terras e o clero estava em atos de corrupção.

Martinho Lutero, monge agostiniano e professor de Teologia da Universidade de Wittenberg, baseando-se no estudo sistemático da Bíblia e inspirado, sobretudo na Epístola de

¹ Em aula proferida por Norval Baitello Jr., em 2 de agosto de 2006, na Universidade Católica de São Paulo.

Paulo aos Romanos desenvolveu a tese de que a Fé é o único caminho da salvação. (O justo viverá pela fé). Essa tese entrava em rota de colisão com o pensamento da Igreja Católica que defendia ser ela a única e necessária fonte de Salvação. Essa idéia está contida na expressão *Extra ecclesiam nulla salus* (Fora da Igreja não há salvação) que teve sua origem no século III com Orígenes e Cipriano, indicava no início a impossibilidade de ‘maternidade de graça’ fora da Igreja de Eva. A expressão foi adquirindo, porém, nos séculos seguintes, um sentido cada vez mais absoluto, como o apontado no Concílio de Florença (1442), que retoma a formulação do discípulo de Agostinho, Fulgêncio de Ruspe (468-533): “Nenhum daqueles que vivem fora da Igreja Católica, não só os pagãos, mas também os judeus, os hereges e os cismáticos, pode tornar-se partícipe da vida eterna. Todos eles acabarão no fogo eterno, ‘preparado’ para o diabo e seus anjos” (Mt 25, 41), se não se incorporarem nesta mesma Igreja, antes do fim da sua vida.

Evidentemente essa postura impedia o diálogo com outras culturas representadas como infiéis; e provocava também a perseguição a qualquer forma diferenciada de doutrina, por vezes, com o instituto da Inquisição. Lutero ao defender que era a Fé que a fonte da salvação e não a Igreja, rompia com a visão exclusivista propugnada pela Igreja ao longo da Idade Média.

Lutero levantou-se contra isso no dia 31 de outubro de 1517 elaborou as 95 teses e afixou-as na porta da Catedral de Wittenberg. O teor do documento é simples. Defende a tese da salvação pela fé, o livre exame das escrituras, e rejeição das indulgências.

Muitos príncipes alemães o apoiaram, pois, desejavam libertar-se da influência do papa e do imperador Carlos V, que era católico. Em 1529 reuniu-se a segunda Dieta de Spira (a primeira realizara-se em 1526), na qual se tentou impor o catolicismo aos príncipes luteranos. Os príncipes de rebelam e passam a ser chamados de protestantes. A palavra protestante, embora de tom pejorativo, acabou denominando um dos fatos históricos mais relevantes da abertura da modernidade: A Reforma Religiosa ou Protestante.

Durante séculos católicos de ‘protestantes’, derramaram sangue em guerras religiosas, e se excluíram mutuamente.

Somente no início da segunda metade do século XX, a postura da Igreja Católica frente às demais tradições religiosa se transformou. O Papa João XXIII anunciou o Concílio Ecumênico Vaticano II, iniciado em 1962,

O Concílio Vaticano II, o primeiro de caráter ecumênico da era moderna, ocorreu na primeira metade da década de 1960. Nessa ocasião o papa criou o secretariado para a

unidade dos cristãos, que tinha por objetivo convidar as Igrejas protestantes para que enviassem observadores oficiais para participarem do evento.

No documento oficial do Concílio – *Unitatis Redintegratio* – o termo *protestante* é substituído por *irmãos separados*. Esse neologismo que substitui a anterior classificação de hereges, afirma que a realização da reconciliação transcende as energias e capacidades humanas. Apesar disso o termo protestante continua sendo usado amplamente. Atualmente não há indícios concretos de amizade entre católicos e ‘protestantes’ uma vez que no Brasil ambas disputam o mercado de fiéis.

Para Harry Pross, “os que protestam, os destinatários do protesto e o público devem estar ligados por um tema, que dia respeito a todos. Encontrar e mobilizar esse interesse significa estender mais a oposição, propaga-la.” (PROSS, 1997, p. 20). Como relacionar esse princípio com a Reforma?

O movimento da Reforma abriu o caminho, no ocidente, para a invenção da modernidade. O movimento da Reforma é considerado, ao lado do Humanismo, o prelúdio da Modernidade na Europa. Tal consideração ocorre porque tal movimento está totalmente vinculado - isso se não for sua semente originária – à liberdade política e ao capitalismo. A marca que identifica ambos os movimentos é a instauração da liberdade humana: tanto a Reforma como o Renascimento foram produtos do Humanismo.

Enquanto o Renascimento atingiu apenas as elites (tanto econômicas quanto políticas e culturais), a Reforma alcançou a massa populacional européia: tanto os governantes e os camponeses foram atingidos por ela. Segundo Huizinga, “o Renascimento foi a roupa de domingo”. Somente a Reforma Protestante, liderada por Lutero, é que conseguiu saciar a sede espiritual do momento – sede essa que não era sentida apenas pelos intelectuais ou príncipes, mas por todos. Nesse ponto se justifica sua enorme difusão. Apenas a Reforma é que conseguiu abalar a mais rígida instituição feudal: a Igreja Católica. Claro que tal movimento não foi o primeiro a questionar a legitimidade da Igreja - muitos humanistas o fizeram, inclusive Erasmo de Rotterdam – mas somente a denúncia de Lutero e a proposta que ele dá para esses problemas é que abalaram as pilastras do mundo medieval. Isso pode ser facilmente observado se olharmos com atenção uma das principais conclusões dos estudos de Lutero: a Instituição da Igreja Católica tal qual vigorava naquela época era totalmente desnecessária, pois para o homem se comunicar com Deus era preciso apenas que ele tivesse fé. Não era preciso nenhum intermédio, conseqüentemente, a classe eclesiástica deixaria de

ter razão de ser, e com ela a Igreja também. A Reforma Luterana colocaria o mundo Feudal de “cabeça pra baixo.”

Cena 2: Brasil - década de 1980.

Não pense que esteja triste.
As reflexões são tão objetivas
quanto as anotações de um curso ou livro.
A vida é assim mesmo e
só as pessoas muito mediócras vêm suas perspectivas
realizadas.
É que eu gostaria de ser útil e vejo que o esforço está
longe do alvo.

Florestan Fernandes

Após vinte anos de regime militar o país conheceu o paroxismo da crise econômica e social. A sociedade brasileira, liderada por um comitê suprapartidário decidiu manifestar apoio pelo fim da ditadura. A redemocratização seria formalizada pela aprovação de uma emenda conhecida como Dante de Oliveira, que permitira eleições diretas para presidente naquele ano.

Marcado para o dia do aniversário da cidade de São Paulo, o primeiro comício da campanha por eleições diretas para presidente foi organizado em meio a um clima de nervosismo. A organização do evento foi comandada pelo governador paulista, Franco Montoro. Em torno dessa iniciativa juntaram-se os diversos partidos políticos de oposição, além de lideranças civis e estudantis.

Enquanto o comício era preparado, o governo militar fazia o possível para reduzir seu impacto. Disseminou boatos sobre a insegurança do evento, pressionou meios de comunicação para que censurassem notícias, tentou cooptar políticos que se comprometeram com o projeto.

Por causa dessas pressões, até os organizadores estavam apreensivos. Com um governo estadual nas mãos, dispunham também de recursos para favorecer presenças: o metrô foi liberado, prefeitos e vereadores do interior chamados para aderir e ônibus alugados. No dia 25 de janeiro, chegou a hora de testar a viabilidade da iniciativa. Embora o dia estivesse chuvoso, cerca de 300 mil pessoas acotovelaram-se no centro da cidade, ocupando a praça da Sé. Não se via tal multidão nas ruas desde os comícios e marchas de 1964. Era o elemento que faltava para encerrar o ciclo militar no governo.

O êxito do comício pelas diretas em São Paulo incentivou todos os governadores de oposição a tentar repetir o feito. A base para isto estava mais que clara: entusiasmo popular. As condições também eram melhores. Com o evento paulista, cessaram as tentativas de diminuir o movimento; nenhum jornal podia ignorar a multidão que compareceu. A partir de fevereiro, os comícios pelas eleições diretas foram se sucedendo nas principais capitais do país. No Rio de Janeiro, o evento organizado pelo governador Leonel Brizola reuniu uma multidão calculada em um milhão de pessoas. Na maioria das cidades, multidões com até 10% da população total se juntaram para pressionar o Congresso.

Em cada comício promessas de voto a favor da emenda constitucional que permitiria as eleições, mesmo de deputados governistas. No final do primeiro semestre, o que antes parecia impossível tornou-se sonho exequível. Todos os dias, os jornais traziam a adesão de novos parlamentares para o movimento. Pouco antes da votação, realizou-se um último comício, também em São Paulo. Desta vez, a praça da Sé seria pequena.

A campanha das Diretas Já, concentrou-se na votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para o final de abril. Sendo emenda constitucional, precisava de dois terços dos votos da Câmara e do Senado para sua aprovação. O que parecia impossível, pois o partido governista PDS controlava o Congresso Nacional.

O último comício foi marcado para o dia 16 de abril em São Paulo. O vale do Anhangabaú recebeu uma multidão estimada em 1,7 milhão de pessoas, na maior manifestação política realizada no país. Acontecimento absolutamente singular, indivíduos se converteram por algumas horas em ‘cidadãos protestantes’. Diziam ‘não ao regime militar e ‘sim’ a democracia.

Esse sentimento coletivo foi expresso por um gesto simbólico. Por volta da meia noite, o ‘senhor diretas’, Ulisses Guimarães, encerrou o ato pedindo a todos que dessem as mãos e catassem o hino nacional brasileiro. Durante alguns minutos uma profunda emoção arrebatou aquela multidão.

Durante os anos de chumbo o hino nacional foi utilizado como símbolo para legitimar o regime militar, revelando a existência de um esquema compensatório praticado pela elite dirigente.

Para José Murilo de Carvalho, a elaboração do imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nesse campo que as sociedades definem suas identidades e objetivos, seus inimigos e organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se

expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também por símbolos, alegorias, rituais, mitos. Símbolos e mitos podem, por seu caráter difuso, por sua leitura menos codificada, tornar-se elementos poderosos de projeção de interesses, aspirações e medos coletivos. Na medida em que tenham êxito em atingir o imaginário, podem também plasmar visões de mundo e modelar condutas. A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudanças política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas (CARVALHO, 1990, p. 166).

A exclusão do povo do processo político e econômico, durante o regime militar, foi compensada pelo uso de sinais universais, imagens, alegorias, símbolos e mitos, utilizados para legitimar o regime. O processo de legitimação popular do regime republicano foi conduzido pela elite, nos anos da ditadura militar, através da criação de símbolos que tentassem atingir e controlar o imaginário popular. O hino nacional foi um desses símbolos.

No final do comício das Diretas Já, ocorreu uma inversão semântica: o hino nacional, que até aquele momento foi instrumento de afirmação popular do regime militar, converteu-se num símbolo de negação do mesmo.

Apesar de toda a pressão popular e das adesões recebidas durante o primeiro semestre de 1984, a emenda que previa a realização de eleições diretas acabou sendo vetada no plenário da Câmara dos Deputados. Eram necessários os votos de dois terços dos parlamentares para que a Constituição fosse mudada. Num Congresso em que a oposição era minoria, faltaram 22 votos para sua aprovação.

A votação, que entrou noite adentro, foi acompanhada em praça pública por todo o país. Montaram-se telões, que retransmitiam as imagens de televisão da sessão do Congresso. No início da madrugada, por todos os lados repetiam-se as cenas de choro pelas esperanças frustradas.

O fracasso das Diretas Já, seguido da continuação da abertura lenta, gradual e segura, garantiu a manutenção da rota e, ao mesmo tempo, criou a ilusão de que os problemas se deviam exclusivamente à ditadura militar. A estratégia dos ricos e poderosos, que Carlos Estevam Martins chamou de “mudar o regime para conservar o poder”, acabaria desembocando no neoliberalismo (MARTINS, 1976, p. 323).

Duas décadas depois, percebemos que a redemocratização seguiu um caminho diferente daquele sonhado. A democracia formal não resolveu os graves problemas civis, políticos e sociais do país. A concentração da riqueza aumentou, as desigualdades sociais aprofundaram-se, ampliando a clivagem entre pobres e ricos. A maioria da população não tem acesso ao trabalho formal. A qualidade da educação é um desastre. O sistema público de

saúde é indecente. A justiça é morosa e elitista. O Estado foi privatizado e o que deveria ser ‘coisa pública’ transformou-se em ‘coisa nossa’. A pele do poder legislativo manifestou marcas da cultura oriunda da tradição patriarcal e da criação restritamente doméstica: a presença do nepotismo e da corrupção, isto é, da dificuldade de delimitar a fronteira entre o público e o privado.

A análise percuciente de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais aponta para o fracasso do processo de modernização (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 237) . A aventura da modernidade no Brasil teria fracassado e aqueles que nela apostavam sentem-se ‘desterrados na própria terra’, na expressão de Sérgio Buarque de Holanda. A redemocratização promoveu a modernização material, entretanto, ficamos ‘modernos por fora e arcaicos por dentro’:

O processo de secularização da cultura, que tinha dado, até 1964, apenas alguns passos, ganhou grande velocidade nos 21 anos seguintes. O autoritarismo plutocrático fechou o espaço público, abastardou a educação e fincou o predomínio esmagador da cultura de massas. Sua obra destrutiva não se resumiu, pois, à deformação da sociedade brasileira pela extrema desigualdade. Legou-nos, também, uma herança de miséria moral, de pobreza espiritual e de despolitização da vida social. Eis a base de uma verdadeira tragédia histórica que se enraizou nas profundezas da alma de várias gerações. (GALVÃO, 1998, p. 147).

Por tudo isso é que continuamos protestando.

Protesto e Utopia

“Um mapa do mundo em que não aparece o país Utopia não merece ser guardado.”

Oscar Wilde

O que diferencia o homem dos demais seres vivos não é o produzir, o construir, o guerrear, o jogar ou o viver em sociedade, mas ter a capacidade de pensar e sonhar. Ligar-se ao passado e ao futuro, ou seja, recordar e imaginar dá um sentido ao presente, torna o homem – e nisso reside sua especificidade essencial – um ser histórico, cultural e comunicacional.

Já se disse que a História faz as utopias e as utopias fazem a História. Num certo sentido, cada sociedade humana é produto de suas angústias, suas fantasias e seus sonhos, projetados nas utopias que elabora. Para o sentimento de identidade coletiva, tão importante quanto viver uma mesma realidade concreta é sonhar os mesmos sonhos. Por isso talvez nenhum fenômeno humano expresse tão bem a dinâmica histórica quanto o incessante construir de utopias. Por isso uma sociedade sem utopias é triste, vazia e sem sentido. Algumas sociedades preenchem os desertos utópicos com oásis de mercadorias e desejos de consumo. Teríamos perdido a característica capacidade humana de sonhar?

Depois do sexo, a atividade que mais intensamente combina experiência corporal com forte emoção é a participação em uma demonstração de massa em época de grande exaltação pública. Ao contrário do sexo, que é essencialmente individual, essa é por natureza coletiva, e, ao contrário do clímax sexual – pelo menos no que se refere aos homens -, pode ser prolongada durante várias horas. Por outro lado, assim como o sexo, tal participação implica em ações físicas – marchar, gritar palavras de ordem ou cantar – nas quais a imersão do indivíduo na massa, que é a essência da experiência coletiva, encontra sua expressão. (HOBSBAWM, 2002, p. 91)

O destino humano é ser utópico, ou seja, protestar. Nós, seres humanos somos seres de *protest-ação*, de ação de protesto (BOFF, 2000). Protestamos continuamente. Recusamo-nos a aceitar a realidade na qual estamos mergulhados. Não há sistema social, por mais fechado que seja que não tenha brechas por onde o ser humano possa entrar, fazendo explodir essa realidade. Os seres humanos têm uma existência condenada (como Sísifo e Prometeu) – condenada a abrir caminhos, sempre novos se sempre surpreendentes.

Negar a realidade em que se vive e projetar outra diferente e realizável. Contra aqueles que, de forma impertinente, anunciam o Fim da História respondemos com a afirmação de Ernst Bloch: “ser homem significa ter uma utopia” (BLOCH, 2005, p. 27). Assim, enquanto houver humanidade, haverá utopia. E a onde está a utopia, estará o protesto. No ventre o protesto reinventa-se o mundo. “Há muita vida onde se protesta muito. O protesto assegura o espaço da liberdade” (PROSS, 1997, p. 21).

Bibliografia

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. São Paulo: Contraponto, 2005.

BOFF, Leonardo. *Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *Desconversa*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1998.

HOBSBAWM, Eric J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 559-628.

PAIEIRO, D. C. *O protesto como mídia, na mídia e para a mídia: a visibilidade da reivindicação*. São Paulo, 2005. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica.

PROSS, H. *Sociedade do protesto*. São Paulo: Annablume, 1997.